



Prefeitura Municipal de
SANTA ROSA DA SERRA
adm 2025-2028 *Construindo uma nova história*

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 197/2025
CREDENCIAMENTO Nº 004/2025

OBJETO:

CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA SHOWS VARIADOS, ARBITRAGEM, LOCUTOR, INTÉRPRETE DE LIBRAS, GUIA DE TURISMO E PINTOR ARTÍSTICO

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 29/09/2025 às 8h (horário de Brasília)



EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 004/2025
PROCESSO nº 197/2025

Torna-se público, em estrita observância às normativas vigentes de licitações, transparência e proteção de dados, que o Município de Santa Rosa da Serra/MG, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS com endereço à Rua Dr Adolfo Portela, 203 – Centro – Santa Rosa da Serra/MG, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 18.192.252/0001-25, realizará **CHAMAMENTO PÚBLICO**, para fins de “**CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA SHOWS VARIADOS, ARBITRAGEM, LOCUTOR, INTÉRPRETE DE LIBRAS, GUIA DE TURISMO E PINTOR ARTÍSTICO**”.

A presente prestação de serviços será disciplinada em conformidade com a legislação em vigor, em especial, as Leis Federais 14.133 de 01/04/2021 e por último pelas condições estabelecidas nesse edital, no Projeto Básico/Termo de Referência e anexos de ambos, que deles constituem parte integrante para todos os efeitos legais.

Conforme a legislação vigente de proteção de dados e transparência, todas as informações relativas a este processo estarão disponíveis de forma acessível ao público, garantindo o devido cumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e o respeito à privacidade, com estrita conformidade à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

01 – DO OBJETO

O objeto do presente Edital é o: “**CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA SHOWS VARIADOS, ARBITRAGEM, LOCUTOR, INTÉRPRETE DE LIBRAS, GUIA DE TURISMO E PINTOR ARTÍSTICO**”.

- 1.1. Os itens estão descritos e especificados no Projeto Básico/Termo de Referência.
- 1.2. O credenciamento não gerará para as empresas credenciadas qualquer direito de contratação, objetivando somente o cadastramento para prestação de futuros serviços, sob demanda.
- 1.3. A permanência da empresa na condição de credenciada é vinculada ao
Prefeitura Municipal de Santa Rosa da Serra
R. Dr. Adolfo Portela, 203, Centro, CEP 38.805-000, Santa Rosa da Serra - MG



cumprimento dos condicionantes estabelecidos neste Edital e seus Anexos e no Projeto Básico/Termo de Referência e à avaliação positiva dos serviços prestados às instituições demandantes, sob pena de exclusão do Banco de Credenciados criado a partir do referido edital.

1.4. Os serviços serão fornecidos parceladamente em quantitativos a serem informados pela Administração, mediante requisições emitidas.

1.5. O prestador somente fará jus aos valores correspondentes aos serviços previamente encaminhados, quando autorizados pela Administração e efetivamente prestados, de acordo com a necessidade da Administração nos termos deste Edital.

1.6. O prestador deverá apresentar sua proposta em consonância com sua capacidade técnica operacional.

1.7. Os interessados deverão aceitar os valores de referência à prestação dos serviços constantes da Tabela de Preços descritas no Projeto Básico/Termo de Referência. Com vedação expressa de pagamento de qualquer sobretaxa em relação aos valores da Tabela.

1.8. São partes integrantes deste Edital:

Anexo I: Declaração unificada (cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, vedação de trabalho em condições análogas à escravidão, atendimento aos requisitos de habilitação, cumprimento das exigências de reservas de cargos para pessoa com deficiência e reabilitado da Previdência Social e declaração que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas)

Anexo II: Minuta Contratual

2 – PRAZO DE RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E JULGAMENTO

2.1 O interessado terá acesso ao Edital e ao Projeto Básico/ Termo de Referência no site da Prefeitura Municipal de Santa Rosa da Serra por meio do endereço eletrônico:

www.santarosadaserra.mg.gov.br

Os documentos mencionados poderão ser lidos ou obtidos no endereço mencionado no preâmbulo desse edital, nos dias úteis, das 08h às 11h e de 13h às 17h horas. Os autos do processo administrativo também estarão disponíveis para consulta.



2.1.1 Todas as alterações, retificações ou esclarecimentos que porventura se fizerem necessários serão publicados no Diário Oficial e no site oficial do Município no link: www.santarosadaserra.mg.gov.br sendo que o acompanhamento destas informações será de total responsabilidade dos proponentes.

2.2 Para o credenciamento o interessado deverá apresentar, exclusivamente por meio físico na sede da prefeitura, a documentação para avaliação.

2.2.1 Os INTERESSADOS deverão enviar os Documentos em dois envelopes para a sede da Prefeitura municipal sendo: 01 envelope com a proposta e 01 envelope com dos documentos de habilitação

2.3 Os documentos de participação poderão ser enviados durante a vigência do Edital que se inicia na data da sua publicação no Diário Oficial até o prazo de **12 (doze) meses**.

2.4 A proposta deverá conter todas as informações exigidas no Projeto Básico/Termo de Referência, além de atender as exigências mínimas deste EDITAL.

2.5 O resultado será disponibilizado no site do Município nos ícones: Portal da Transparência (Licitações) e publicado no Diário Oficial.

2.6 Maiores informações junto à Secretaria Municipal de Administração e/ou no e-mail licitacao@santarosadaserra.mg.gov.br

03 – DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO:

3.1 PODERÃO PARTICIPAR DESTE CREDENCIAMENTO:

3.1.1. Serão admitidos profissionais das áreas técnicas, artísticas, culturais, turísticas e esportivas, maiores de 18 (dezoito) anos, devidamente inscritos no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ (MEI, ME, EIRELI, entre outros), desde que possuam CNAE vinculado às atividades culturais e esportivas e cujo objetivo social seja compatível com o objeto do certame.

3.1.2. Os profissionais deverão comprovar experiência em sua área de atuação, demonstrada por meio de desempenho anterior, formação acadêmica, experiência prática, registro profissional, composição de equipe ou outros elementos que possam ser aferidos pela Secretaria de Cultura e Turismo. Quando aplicável, deverão possuir registro nos respectivos Conselhos Profissionais, além de atender às condições específicas de credenciamento previstas no Projeto Básico/Termo de Referência e neste Edital.



3.1.3. Para fins de avaliação, os proponentes deverão comprovar conhecimento e experiência na linguagem específica em que se inscreverem, mediante apresentação da documentação indicada neste Edital. Cada proponente poderá inscrever-se em mais de uma modalidade de atuação, desde que apto ao desenvolvimento das atividades propostas.

3.1.4. A documentação exigida deverá ser encaminhada à sede da Prefeitura, em meio físico, ou, alternativamente, por meio eletrônico, conforme orientações do presente Edital.

3.1.5. Os proponentes serão os únicos responsáveis por todas as transações realizadas em seu nome, devendo assumir a integral veracidade das informações e propostas apresentadas, inclusive aquelas praticadas por seus representantes. Ressalta-se que o órgão/entidade promotora do Chamamento Público, bem como o provedor da plataforma eventualmente utilizada, não se responsabilizam por danos decorrentes de uso indevido dos meios de acesso, ainda que por terceiros.

3.1.6. Será assegurado tratamento favorecido às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP), Sociedades Cooperativas referidas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007 e aos Microempreendedores Individuais (MEI), nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

a) As ME e EPP deverão encaminhar a documentação exigida, ainda que apresentem alguma restrição de regularidade fiscal ou trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006.

b) Constatada restrição de regularidade fiscal ou trabalhista, a ME ou EPP será convocada a regularizar a situação no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, mediante justificativa do proponente.

3.1.7. A participação no presente Chamamento Público implica aceitação irrestrita de todas as condições estabelecidas neste Edital, em seus Anexos e no Projeto Básico/Termo de Referência, bem como a observância das normas técnicas e administrativas aplicáveis, inclusive quanto a recursos, sob pena de impedimento em caso de descumprimento.

3.1.8. Não será admitida alegação de desconhecimento dos requisitos do Edital, do Projeto Básico/Termo de Referência ou de seus Anexos após a entrega da documentação. Os interessados deverão ler atentamente todos os documentos antes da elaboração da proposta.



3.1.9. A apresentação de declaração ou documentação falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação ou da proposta sujeitará o proponente às penalidades previstas no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.1.10. Observando o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, esta contratação pública se alinha ao fomento à cultura, atendendo ao critério da dimensão imaterial ou intangível, contemplando manifestações como folclore, música, dança, mitos, valores, práticas e criações que conferem identidade social, promovendo o respeito aos valores culturais e artísticos locais e regionais, além da preservação da memória coletiva.

3.1.11. À luz da Constituição Federal, qualquer procedimento licitatório ou contrato que, além de atender às necessidades da Administração Pública, tenha como objetivo a difusão de valores culturais, artísticos e sociais, configura-se como uma contratação pública promotora do desenvolvimento sustentável em sua dimensão cultural.

3.2. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTE CREDENCIAMENTO:

- a) Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- b) Empresa que estiver em recuperação judicial, processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

Ressalva: É possível a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº 14.133/2021. (TCU, Ac. 8.271/2011-2ª Cam., Dou de 04/10/2011).

- c) Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- d) Empresas temporariamente suspensas do direito de licitar e contratar com este Município.
- e) Empresas enquadradas nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/21 e no artigo 31 da Lei Orgânica.
- f) Qualquer empresa que mantenha vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, ou com agente público que participe da licitação, fiscalização ou gestão do contrato, ou que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o



terceiro grau.

g) Agentes públicos do órgão ou entidade contratante não podem, direta ou indiretamente, participar do Chamamento Público ou da execução do contrato, com respeito a situações que configurem conflito de interesses, conforme o § 1º do artigo 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;

h) Pessoa física ou jurídica que seja autora do anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, quando o Chamamento Público se relacionar a serviços ou fornecimento de bens vinculados a esses projetos;

- Ressalte-se que a proibição acima se aplica também a empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico.
- No entanto, as restrições mencionadas não impedem a realização de certames ou contratos que exijam que o contratado elabore o projeto básico e o projeto executivo, em casos de contratações integradas, e o projeto executivo em outros regimes de execução.
- Não é permitida a participação de pessoas físicas ou jurídicas que integrem listas de sancionados por agências oficiais de cooperação estrangeira ou organismos financeiros internacionais com recursos de financiamento ou contrapartida nacional, ou que tenham sido declaradas inidôneas de acordo com a Lei nº 14.133/2021 em licitações e contratações relacionadas a projetos e programas parcialmente financiados por essas entidades.
- A proibição também se estende a terceiros que auxiliem na condução da contratação como membros da equipe de apoio, profissionais especializados ou funcionários de empresas que prestam assessoria técnica.

i) Empresa que tenha proprietários, administradores e dirigentes que exercem cargos de chefia ou função de confiança na Administração Municipal.

j) Pessoas Jurídicas inadimplentes com as obrigações assumidas junto ao órgão fiscalizador da classe sejam pendências financeiras ou relativas ao registro profissional, bem como os que possuam qualquer nota desabonadora emitida pelo mesmo.



k) As empresas que foram anteriormente descredenciadas pelo Município por descumprimento de Cláusulas Contratuais ou por haver sido constatada irregularidade na execução dos serviços prestados.

04 – DOS PRAZOS:

4.1. Os prestadores de serviços interessados em credenciar nas especialidades pré-determinadas, poderão requerer o seu credenciamento na vigência do edital de credenciamento.

4.2. A vigência do edital de credenciamento será até **12 (doze) meses da data de sua publicação** podendo essa data ser prorrogada, mediante a lavratura do respectivo Termo de Prorrogação, respeitando o estabelecido na Lei Federal 14.133/2021.

4.3. A vigência do contrato com a pessoa jurídica credenciada será conforme determinação do Projeto Básico/Termo de Referência, podendo ser renovada conforme legislação vigente, desde que atendidas às exigências do edital e seus anexos, mediante justificativa do(a) Secretário(a) Municipal de Administração.

4.4. A continuidade da prestação de serviços nos exercícios financeiros subsequentes ao presente, respeitando o prazo de vigência do Contrato, fica condicionada à aprovação das dotações próprias para as referidas despesas no orçamento da administração.

05 – PREÇOS DOS PROCEDIMENTOS / DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE:

5.1 Serão remunerados os serviços efetivamente prestados, conforme valores constantes da Tabela que consta no Projeto Básico/Termo de Referência.

5.1.1 As propostas de ofertas de serviços aprovadas provenientes deste Chamamento Público, não implicarão em nenhuma previsão de crédito em favor do prestador, que somente fará jus aos valores correspondentes aos serviços previamente encaminhados, autorizados pela Secretaria Municipal de Administração, e efetivamente prestados.

5.2 Caberá ao Gestor a decisão quanto à disponibilidade do recurso ordinário.

5.3 A(s) dotação(ões) orçamentária(s) e fonte(s) de recursos decorrentes do objeto



deste Chamamento Público constam no Projeto Básico/Termo de Referência.

6 - DOCUMENTOS PARA PARTICIPAÇÃO

6.1. Como condição prévia ao exame da documentação, serão verificados eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

6.1.1 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.1.1.1 Caso não seja possível a consulta nos cadastros acima, a consulta poderá ser substituída pelas:

- Certidão Consolidada Jurídica (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>) e Certidão Negativa de Inidoneos e inabilitados dos sócios majoritários (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:6596180056520::NO:3,4,6::>)

6.1.1.2 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.1.1.3 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.1.2 Constatada a existência de sanção, a empresa não será credenciada, por falta de condição de participação.

6.1.3 Os documentos exigidos para fins de credenciamento poderão ser substituídos



por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

6.1.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.1.5 Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.1.6 Se a empresa for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a empresa for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.1.7 Serão aceitos registros de CNPJ de empresa matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

6.2 As empresas interessadas deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de credenciamento:

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede ou;
- b) Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor², devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, ou;



- e) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, ou;
- f) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.
- g) Cópia do documento de identidade e do CPF do(s) representante(s) legal(ais) do credenciado – pessoa jurídica;
- h) Prova de Inscrição no CNPJ;
- i) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;
- j) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor.
- k) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional, em vigor;
- l) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;
- m) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município, em vigor;
- n) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do envio da documentação;
- o) Declaração unificada (cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, vedação de trabalho em condições análogas à escravidão, atendimento aos requisitos de habilitação, cumprimento das exigências de reservas de cargos para pessoa com deficiência e reabilitado da Previdência Social e declaração que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para



atendimento dos direitos trabalhistas) assinada por sócio, diretor ou procurador que tenha poderes para tal investidura, conforme modelo. **Anexo I;**

6.3 Observações referentes á documentação:

6.3.1 O objeto social descrito no ato constitutivo referente às alíneas a), b), c), d), e), f) do item (6.2.) deverão possuir ramo de atividade compatível ao objeto deste edital.

6.3.2 Qualquer informação incompleta ou inverídica constante dos documentos apresentados apurada mediante simples conferência ou diligência, implicará na inabilitação respectiva do proponente e envio dos documentos para o M.P.M.G(Ministério Público de Minas Gerais), para apuração, se possível, de prática delituosa, conforme art. 156 e seguintes da Lei Federal 14.133/2021.

6.3.3 Não serão aceitos protocolos de pedidos ou solicitações de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.

6.3.4 Após o protocolo dos documentos para credenciamento, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

6.3.5 Na análise dos documentos, poderão ser sanados erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de credenciamento e classificação.

6.3.6 A verificação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de credenciamento.

6.3.7 Não será credenciado aquele que não comprovar sua aptidão, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital e no Projeto Básico/ Termo de Referência.



6.3.8 As Certidões que não possuem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias consecutivos antes da data do recebimento da documentação.

6.3.9 As declarações exigidas neste Edital e no Projeto Básico/ Termo de Referência deverão ser apresentadas em papel timbrado com o CNPJ da empresa (se não houver papel timbrado, no documento deverá constar o CNPJ da empresa). Nas declarações enviadas também deve constar, o CPF da pessoa física responsável pela sua assinatura, identificado –a , com nome legível e com a indicação do cargo que exerce.

6.3.10 A documentação entregue é de inteira responsabilidade do interessado, cabendo-lhe certificar-se, antes de seu credenciamento, que atende a todos os requisitos para participar deste processo.

07- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Documentos exigidos para fins de qualificação técnica:

7.1. Documento obrigatório para todas as licitantes:

a) **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante já prestou serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

7.2. Documentos específicos, conforme a categoria de serviço a ser credenciada:

a) Locutor/Apresentador

- Certificado de curso de locução, oratória, radialismo ou área correlata, emitido por instituição reconhecida;
- Registro profissional na DRT (Delegacia Regional do Trabalho), quando aplicável, conforme exigências da legislação trabalhista e sindical.

b) Intérprete de Libras

- Certificado de proficiência em Libras (Prolibras) ou equivalente reconhecido pelo MEC;
- Registro ou credenciamento junto ao MEC, Feneis ou órgão competente, quando cabível.



c) Guia de Turismo

- Registro no Cadastur (Ministério do Turismo), conforme exigido pela Lei nº 8.623/1993;
- Carteira profissional de Guia de Turismo emitida por instituição de ensino técnico ou superior reconhecida pelo MEC.

d) Arbitragem

- Certificado de conclusão de Curso de Formação de Árbitros de Futebol, devidamente reconhecido pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) ou pela Federação Estadual correspondente;
- Registro ativo no quadro de árbitros da Federação Estadual ou da CBF, quando exigido pela entidade desportiva competente.

Justificativa: A exigência do curso oficial de formação de árbitros visa assegurar que os profissionais credenciados possuam capacitação técnica adequada, em conformidade com as Regras de Jogo da IFAB/CBF, garantindo a regularidade, qualidade e segurança na prestação dos serviços de arbitragem.

08– CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO

8.1. A empresa interessada poderá se inscrever nos itens e quantidades conforme previsão do Projeto Básico/ Termo de Referência, desde que seja comprovada a qualificação técnica em cada tipo de atividade.

8.2. O credenciamento não assegura aos interessados o direito à efetiva contratação dos serviços, possuindo a contratação, natureza de contrato administrativo de prestação, sem vínculo empregatício.

8.3. O credenciado deverá dispor de todos os maquinários, ferramentas e equipamentos de segurança, quando couber, para a realização do serviço credenciado, atendidas todas as normas técnicas e de segurança do Ministério do Trabalho;

8.4. Os critérios fixados preveem como exigências mínimas, as definidas nesse Edital e Projeto Básico/ Termo de Referência, para que os interessados possam credenciar-se, e possam garantir a integridade do patrimônio dos órgãos, e de servidores e



cidadãos que frequentam esses órgãos, as quais poderão ser alteradas mediante ato fundamentado;

9 – DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS:

9.1.Os documentos serão analisados no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento, prorrogável, se autorizado pela autoridade competente, por igual período por uma única vez.

- Decorridos os prazos mencionados no item anterior, caso o julgamento do pedido de credenciamento não tenha sido concluído, a contratante terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para decidir.

9.2.Os interessados que atenderem as exigências desse edital e de seu Projeto Básico/ Termo de Referência serão credenciados;

9.3.Não será considerada a documentação que contrarie os requisitos expressos neste Edital, seus Anexos e no Projeto Básico/ Termo de Referência ou que esteja em desacordo com as formalidades neles prescritas.

10 – DA FORMALIZAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

10.1. Após análise de toda a documentação apresentada pelo interessado no credenciamento o processo será posteriormente, encaminhado para parecer jurídico e em seguida ao Secretário(a) Municipal de Administração, para ratificação e publicação do extrato de credenciamento;

10.2. Sendo ratificado o pedido de credenciamento, será formalizado o termo próprio “CONTRATO”, contendo as Cláusulas e condições previstas neste Edital e no Projeto Básico/Termo de referência.

10.3. A formalização do credenciamento se dará através de contrato específico;

10.4. Os contratos serão efetivados na medida em que os interessados apresentarem toda a documentação exigida, posteriormente será feita a publicação no órgão oficial. Os documentos apresentados pelos credenciados ficarão à disposição para consultas.

10.5. As empresas serão convocadas para assinatura do contratos, nos termos da Minuta em anexo a este edital. Uma vez que o contrato for emitido, a convocação se



dará imediatamente, devendo o(s) responsável(is) assinar o contrato, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à sua formalização, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

10.5.1. De forma alternativa à convocação para comparecimento ao órgão ou entidade com o propósito de assinar o Termo de Contrato, a Administração pode enviar o contrato para assinatura ou aceitação por parte da contratada, por meio de correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou por via eletrônica. O prazo para a assinatura ou aceitação será de 5 (cinco) dias úteis, a partir da data de recebimento.

10.5.2. Se for indicado um signatário sem os devidos poderes para representar e assumir obrigações em nome da CONTRATADA, serão aplicadas as penalidades previstas no contrato e na legislação.

10.5.3. A convocação para a assinatura do contrato será realizada somente por e-mail e/ou telefone fornecidos pela CONTRATADA.

10.5.4. Após o envio do contrato para a assinatura, a CONTRATADA deverá assiná-lo no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, sob pena de perda do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

10.5.5. O prazo mencionado no subitem anterior poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação justificada da CONTRATADA, aceita pela Administração, na forma do § 1º, do art. 90, da Lei nº. 14.133/2021 e suas alterações.

10.6 O aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa, implica em reconhecer que:

- A Nota substitui o contrato, com as disposições da Lei nº 14.133/2021 aplicadas à relação de negócios estabelecida.
- A CONTRATADA está vinculada à sua proposta e às disposições contidas no edital e seus anexos.
- A CONTRATADA reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração conforme os artigos 79 e 80 da mesma Lei.

10.7 O prazo de vigência da contratação e a possibilidade de prorrogação estão de acordo com o instrumento contratual ou o Projeto Básico/termo de referência.



10.8 Na assinatura do contrato a comprovação das condições de credenciamento estabelecidas no edital será exigida e deve ser mantida pela empresa durante a vigência do contrato.

11 – DA CONTRATAÇÃO

11.1. Com as pessoas jurídicas credenciadas será firmado o Contrato de Prestação de Serviços, conforme minuta contratual Anexo II.

11.2. Os empregados do CONTRATADO não terão nenhum vínculo empregatício com a Prefeitura municipal, sendo de exclusiva responsabilidade do contratado as despesas com remuneração dos mesmos, seguros de natureza trabalhista vigentes e quaisquer outros encargos que forem devidos, referentes aos serviços e empregados;

11.3. Por razões de interesse público, devidamente justificadas, a Secretaria Municipal de Administração poderá alterar, unilateralmente as especificações, parâmetros, forma e abrangência do credenciamento efetuado, inclusive mediante a ampliação ou limitação dos serviços a serem prestados pelo CONTRATADO desde que devidamente demonstrado e fundamentado pela comissão examinadora designada em portaria específica.

11.4. Sem prejuízo das sanções de que tratam os itens anteriores, a inexecução total ou parcial das obrigações e condições fixadas no contrato enseja sua rescisão, nos termos da 14.133/2021.

12 – CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. O Município reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo proceder ao descredenciamento, em caso de má prestação, verificada em processo administrativo específico, com garantia do contraditório e da ampla defesa.

12.2. O credenciamento configurará uma relação contratual de prestação de serviços.

13 – DOS RECURSOS HUMANOS:

13.1. É de responsabilidade exclusiva e integral do **CREDENCIADO**, a utilização de pessoal, para a realização dos procedimentos constantes deste instrumento, incluídos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes do



vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos ao Município de Santa Rosa da Serra, Minas Gerais.

13.2. Não é de responsabilidade do Município de Santa Rosa da Serra os encargos trabalhistas previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes da prestação de serviços a ser realizada pelo **CREDENCIADO**.

14 – DO REAJUSTE/REEQUILÍBRIO

14.1. As regras acerca do reajuste/reequilíbrio são as estabelecidas no Projeto Básico/Termo de Referência.

15 – DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

15.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Projeto Básico/Termo de Referência.

16 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

16.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Projeto Básico/Termo de Referência.

17. – DO PAGAMENTO

17.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Projeto Básico/Termo de Referência.

17.2. As notas fiscais devem ser emitidas de acordo com as regras de retenção especificadas na Instrução Normativa nº 1.234/2012 da Receita Federal, sob pena de não serem aceitas pelo contratante.

17.3. Juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a Contratada deve apresentar cópias dos comprovantes de recolhimento dos encargos previdenciários relacionados ao pessoal alocado na execução do objeto do Contrato, sem os quais os pagamentos não serão efetuados.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. As regras acerca das sanções são as estabelecidas no Projeto Básico/Termo



de Referência.

19. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO, IMPUGNAÇÕES AO EDITAL E DA PROPOSITURA DE RECURSO.

19.1. Qualquer pessoa ou interessado poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar o presente edital no prazo de até 3 (três) dias úteis anteriores à data limite para o envio da documentação, por meio eletrônico no email: licitacao@santarosadaserra.mg.gov.br ou físico, até às 17 horas, sendo que, para fins de contagem do prazo, será considerada a data do recebimento do esclarecimento/impugnação pela INTERESSADA, nos termos deste Edital e sob as seguintes condições:

19.2. Na contagem dos prazos exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento.

19.3. Os prazos se iniciam e expiram somente em dia de expediente no MUNICÍPIO.

19.4. Os pedidos de esclarecimentos sobre o edital poderão ser encaminhados por meio do email: licitacao@santarosadaserra.mg.gov.br, contendo a assinatura do proponente, acompanhado(s) de cópia do contrato social (caso seja o proprietário da empresa) ou de procuração (caso seja representante).

19.5. Somente serão respondidas as consultas formalizadas por escrito, até 3 (três) dias úteis antes da data limite do envio da documentação.

19.6. Os esclarecimentos solicitados serão respondidos no próprio email

19.7. Impugnações aos termos do Edital poderão ser interpostas por cidadão e por proponente, nos termos da Lei nº 14.133/21, mediante petição dirigido a autoridade competente.

19.8. A petição deverá ser assinada pelo cidadão, acompanhada de cópia de seu documento de identificação e CPF, ou pelo representante legal ou credenciado do licitante, com indicação de sua razão social, número do CNPJ e endereço, acompanhado do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal (contrato social, se sócio, contrato social e procuração, se procurador, somente procuração, se pública).

19.9. A decisão será enviada aos impugnantes através do email

19.10. Decairá do direito de solicitar esclarecimentos e impugnar os termos do edital o interessado que não o fizer até o prazo assinalado neste item, sem prejuízo do

Prefeitura Municipal de Santa Rosa da Serra

R. Dr. Adolfo Portela, 203, Centro, CEP 38.805-000, Santa Rosa da Serra - MG



exercício da autotutela pela Prefeitura Municipal.

19.11. A impugnação não terá efeito suspensivo, não havendo interrupção dos prazos previstos no certame. A concessão de efeito suspensivo será medida excepcional.

19.12. Os recursos administrativos serão processados nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.13. Os recursos deverão ser direcionados por meio de email ou físico dirigido a autoridade competente.

20. DO DESCREDENCIAMENTO:

20.1 O não cumprimento das disposições na Lei nº 14.133, de 2021, do Edital e Projeto Básico/ Termo de Referência poderão acarretar o credenciamento ao credenciado, sem prejuízo da aplicação de eventuais sanções.

20.2 Também será descredenciado o prestador que durante a prestação dos serviços:

- a) Cobrar quaisquer serviços, direta ou indiretamente ao usuário.
- b) Solicitar qualquer tipo de doação.
- c) Descumprir ou não atender a solicitação de esclarecimento encaminhada pela Secretaria Municipal de Administração.
- d) Realizar qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa do prestador, podendo ensejar em rescisão do contrato.
- e) Atrasar injustificadamente na execução da prestação do serviço.
- f) Paralisar a execução do serviço sem prévia comunicação a Secretaria Municipal Administração.
- g) Desempenhar os serviços contratados de forma insatisfatória.
- h) Razões de interesse público, alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo (a) gestor (a) da Administração.

20.3 O prestador será descredenciado nos casos de descumprimento de regras e condições fixadas para o atendimento, sendo excluído do rol de credenciados de forma imediata.

20.4 A aplicação da Sanção de Descredenciamento poderá ocasionar a exclusão da entidade pelo prazo de até 5 (cinco) anos (conforme lei 14133/2021).



21– DA DENÚNCIA

21.1 Quaisquer uma das partes poderão denunciar o credenciamento a qualquer tempo. O credenciado deverá notificar a Administração da denúncia.

21.2 Em caso de rescisão ou denúncia, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, a critério da Secretaria Municipal de Administração, será observado o PRAZO DE ATÉ 180 (CENTO E OITENTA) DIAS PARA OCORRER A RESCISÃO. Se neste prazo o prestador negligenciar na prestação dos serviços que vierem a ser solicitados, a multa aplicada poderá ser duplicada.

22-DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Todos os prazos mencionados no Edital e no aviso obedecerão ao horário de Brasília – DF.

22.2. As normas que regulamentam o Chamamento Público serão interpretadas de forma a ampliar a competição entre os interessados, desde que isso não comprometa o interesse da Administração, o princípio da isonomia e a segurança da contratação.

22.3. Os participantes devem estar cientes das condições de participação no certame e devem assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.

22.4. Os proponentes são responsáveis pela autenticidade e veracidade das informações e documentos apresentados em qualquer fase do certame. A falsificação de documentos ou informações resultará na desclassificação imediata ou na inabilitação, além de possíveis sanções administrativas, civis e penais.

22.5. Poderá ser solicitada assessoria técnica de órgãos ou profissionais especializados para análise da documentação e julgamento das Propostas Comerciais.

22.6. Administração poderá adotar medidas saneadoras durante o certame, corrigindo omissões e erros formais, desde que não contrariem a legislação vigente. Também pode realizar diligências junto aos licitantes para esclarecer questões do



processo, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/21.

22.7. A participação na Chamada Pública pressupõe o conhecimento integral das condições deste Edital e do Projeto Básico/ Termo de Referência bem como das normas legais aplicáveis.

22.8. A CONTRATADA não poderá opor exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

22.9. A qualquer tempo, desde que provocado formalmente, o Município de Santa Rosa da Serra prestará os devidos esclarecimentos acerca do conteúdo do presente Edital de credenciamento.

22.10. O Projeto Básico/Termo de Referência, o Edital e seus anexos serão utilizados para sanar quaisquer dúvidas relativas aos serviços, antes e durante a vigência do Contrato.

22.11. Na contagem dos prazos estipulados neste Edital, o dia de início será excluído, e o dia de vencimento será incluído. Os prazos começarão e terminarão nos dias úteis do horário de expediente na Administração.

22.12. O não cumprimento de exigências formais não essenciais não impedirá o credenciamento, desde que o ato possa ser aproveitado, observando os princípios de isonomia e interesse público.

22.13. Em caso de conflito entre as disposições deste Edital e seus anexos ou outras partes do processo, prevalecerão as do Edital.

22.14. Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa do prestador poderá ensejar a rescisão do Contrato proveniente deste Edital ou a revisão das condições ora estipuladas.

22.15. A subcontratação de pessoas físicas ou jurídicas é proibida se houver qualquer tipo de vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil entre elas e um dirigente do órgão ou entidade contratante, ou com um agente público que participe do certame ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato. Isso também se aplica a cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau.

22.16. O Município de Santa Rosa da Serra pode revogar total ou parcialmente o Chamamento Público por razões de interesse público ou anulá-lo devido à ilegalidade, mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado na imprensa oficial.



22.17. Para atender aos seus interesses, o Município de Santa Rosa da Serra pode, a qualquer momento, alterar os quantitativos sem afetar os preços unitários ofertados, respeitando os limites estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/21.

22.18. O Município de Santa Rosa da Serra pode prorrogar, por conveniência exclusiva, os prazos para o recebimento das propostas.

22.19. Para questões judiciais resultantes deste Edital, o foro competente será a Comarca de Campos Altos/MG.

Santa Rosa da Serra/MG, 15 de setembro de 2025

LORENA PAULINO DA SILVA
Secretária Municipal de Cultura,
Turismo, Esporte e Lazer

LEONARDO SIMIÃO FREIRE
Assessor de Gabinete
Responsável pelo Setor de Cultura e Turismo
ANEXO I

CREDENCIAMENTO Nº 004/2025

PROCESSO Nº 197/2025

DECLARAÇÃO UNIFICADA

(nome da empresa), inscrição no CNPJ por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF,DECLARA, sob as penas da lei que para fins de cumprimento ao disposto:

- no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e no artigo 68 Inciso VI da Lei 14.133/2021, que não emprega



Ressalva: () emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.
(Assinalar com um “X”, em caso afirmativo, o campo anterior);

- que não utiliza e utilizará, em sua cadeia produtiva, formas de trabalho em condições análogas à escravidão;
- no inciso I do artigo 63 que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante se responsabiliza pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- no inciso IV do artigo 63 que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- ao § 1º do artigo 63 que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas ,assegurados na Constituição Federal nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

.....

Assinatura do representante legal da empresa.

MINUTA CONTRATUAL

CONTRATO N° xxxxxxxxx/20xx
CREDENCIAMENTO N° 004/2025
PROCESSO N° 197/2025

“CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA SHOWS VARIADOS, ARBITRAGEM, LOCUTOR, INTÉRPRETE DE LIBRAS, GUIA DE TURISMO E PINTOR ARTÍSTICO”.

O Município de Santa Rosa da Serra, situado a Rua Dr. Adolfo Portela, 203 - Centro,

Prefeitura Municipal de Santa Rosa da Serra
R. Dr. Adolfo Portela, 203, Centro, CEP 38.805-000, Santa Rosa da Serra - MG



inscrito no CNPJ n.º 18.192.252/0001-25, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. Frederico Ozanan Rangel, no uso das atribuições que o permitem representar o Município de Santa Rosa da Serra, Minas Gerais, e doravante designado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado a empresa, CNPJ n.º, estabelecida na cidade de....., na Rua n.º..... Bairro CEP:, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representado pelo Sr(a)....., inscrito no CPF n.º xxx.xxx.xxx-xx, daqui por diante, denominada simplesmente CONTRATADA e tem entre si, justo e contratado e celebram, por força do presente instrumento, elaborado de acordo com a minuta examinada pela Procuradoria Geral do Município, em conformidade com o constante do Processo n.º **197/2025**, o presente CONTRATO, que reger se á pelas disposições da Lei n.º 14.133, de 01/Abril 2021 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA A SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER N.º 004/2025;

Parágrafo primeiro – É facultado à CONTRATANTE o direito de fazer acréscimos ou supressões nas quantidades inicialmente previstas, na forma do Art.104 da Lei 14.133/21.

Parágrafo segundo – Os quantitativos previstos poderão ser acrescentados ou suprimidos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), sobre o valor inicial do contrato, conforme Artigo 125, da Lei n.º14.133/21.

Parágrafo terceiro – A prestação do serviço obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como as disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que integram o Credenciamento n.º 004/2025, e que independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato, no que não o contrariarem:

- a) Credenciamento n.º xx/xxxx
- b) O Projeto Básico/Termo de Referência;
- c) O Edital de Chamamento Público;
- d) A Proposta do contratado;
- e) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

Parágrafo quarto – O serviço contratado foi objeto de licitação, de acordo com o disposto na Lei 14.133/21, sob a modalidade mencionada na alínea “a” do parágrafo 3.º desta cláusula.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Projeto Básico/Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E EXTENSÃO



O contrato vigorará conforme o Termo de Referência, podendo ser prorrogado, de comum acordo entre as partes, de acordo com a Lei 14.133/21 e legislação correlata, por meio de termo aditivo.

O Município reserva para si o direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços ofertados, obedecido o disposto no artigo 124 da Lei 14.133/21.

Rege-se o objeto deste contrato pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 89 da Lei nº. 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA – PREÇO

O pagamento devido pelo Município à contratada será realizado conforme a efetiva prestação dos serviços, por demanda, de acordo com os valores unitários constantes na Tabela descrita no Projeto Básico/Termo de Referência e no Anexo II apresentado pela contratada em seu credenciamento.

O valor total estimado para a vigência de 12 (doze) meses é de R\$ _____ (valor por extenso), constituindo mera previsão orçamentária, sem que implique obrigação de consumo mínimo ou garantia de faturamento à contratada.

Nos valores unitários estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e demais custos necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de prestação do serviço constam no Projeto Básico/Termo de Referência.

CLAUSÚLA SEXTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

As infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Projeto Básico/Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VALIDADE E PUBLICAÇÃO

O presente contrato terá validade e eficácia depois de publicado, por extrato, em órgão de imprensa oficial.

Parágrafo único - Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais Termos Aditivos no órgão de imprensa oficial.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante



designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Projeto Básico/ Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

A CONTRATANTE pagará, mensalmente, a CONTRATADA, pelos serviços prestados objeto do credenciamento previamente encaminhados, autorizados pela Administração, a importância correspondente. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Projeto Básico/Termo de Referência.

As notas fiscais deverão ser emitidas em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa nº 1.234/2012, e suas alterações, da Receita Federal, sob pena de não aceitação por parte do contratante.

Juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, deverão ser apresentadas cópias dos comprovantes de recolhimento dos encargos previdenciários relativos ao pessoal alocado para o desenvolvimento do objeto do Contrato, sem as quais os pagamentos não serão efetuados.

Os pagamentos serão efetuados no Banco **xxx**, agência **xxxx** conta corrente **xxxx**.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTAMENTO E DO REEQUILÍBRIO

As regras acerca do reajustamento e do reequilíbrio são as estabelecidas no Projeto Básico/Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As despesas decorrentes com o objeto deste Chamamento Público constam no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS RETENÇÕES (SE FOR O CASO)

Em cumprimento ao artigo 31 da Lei nº 8.212/91, e alterações posteriores, e Instruções Normativas vigentes no período da contratação editadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social, a CONTRATANTE reterá 11%(onze por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, ou percentual referente à atividade específica observado o disposto na IN vigente, exceto para as empresas optante pelo SIMPLES NACIONAL.

Como decorrência da retenção, a CONTRATANTE obriga-se à recolher ao INSS a importância retida em nome da CONTRATADA, por meio de documento de arrecadação identificado com a inscrição do estabelecimento da empresa CONTRATADA no CNPJ/MF e com a razão social da empresa CONTRATANTE e CONTRATADA, até o dia dois do mês seguinte ao da data da emissão da fatura, ou no primeiro dia útil subsequente, se não houver expediente bancário no dia dois. Na emissão da fatura, a empresa CONTRATADA deverá destacar o valor da retenção, com o título de RETENÇÃO PARA PREVIDÊNCIA SOCIAL, observadas as regras das Instruções editadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A falta de destaque do valor de retenção no documento autoriza que a



CONTRATANTE proceda a devida retenção sobre o título de cobrança ou o devolva à CONTRATADA para que seja providenciada a adequação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (SE FOR O CASO)

Em cumprimento ao Código Tributário Municipal e aos dispostos na Lei Complementar nº 204 de 22 de dezembro de 2003, a CONTRATADA deverá destacar alíquota correspondente ao serviço prestado observando a Tabela I da referida Lei, calculada sobre o valor bruto da nota fiscal.

Na emissão da nota fiscal de prestação de serviços, a empresa CONTRATADA deverá destacar o valor do imposto, no campo específico, observada a legislação pertinente.

A falta de destaque do valor do imposto no documento fiscal autoriza que a CONTRATANTE proceda o devido desconto sobre o título de cobrança ou devolva à CONTRATADA para que seja providenciada a adequação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESERVA DE CARGOS

Ao longo de toda a execução do contrato, o contratado deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

Parágrafo único. Sempre que solicitado pela Administração, o contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o caput desta cláusula, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PROTEÇÃO DE DADOS

As partes garantem que tomarão todas as medidas de segurança, de governança e boas práticas no tratamento de dados e informações. A adequação das medidas deverá levar em conta a Lei 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), e diretrizes, padrões técnicos e boas práticas à serem determinadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, o que poderá incluir selos, certificados e códigos de conduta regularmente emitidos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

Quando a não conclusão do contrato referido no item anterior decorrer de culpa do contratado:



a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

Na ocorrência de rescisão, por conveniência administrativa, a CONTRATADA será notificada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO DESCREDENCIAMENTO

As regras acerca do credenciamento são as estabelecidas no edital de licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA VIGÉSIMA – ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO

Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato, é competente o Foro da Comarca de Campos Altos/MG.

E, para firmeza e como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, foi lavrado o presente Termo de contrato, que depois de lido e achado conforme, é assinado, em



2 (duas) vias de igual teor e forma, pelas partes CONTRATANTES, tendo sido arquivado no Município de Santa Rosa da Serra/MG, com registro de seu extrato, e dele extraídas as cópias necessárias.

Santa Rosa da Serra/MG, de de

Município de Santa Rosa da Serra

Frederico Ozanan Rangel

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

.....

CONTRATADA



Prefeitura Municipal de
SANTA ROSA DA SERRA
adm 2025-2028 *Construindo uma nova história*